

## A retoma do alojamento turístico: o exemplo do pós-crise de 2008

Sílvia Gregório dos Santos<sup>1</sup>

### 1. Nota introdutória

Em meados de março de 2020, foram inúmeras as alterações que se fizeram sentir por todo o Mundo, com medidas restritivas nas economias, nas sociedades e na vida dos cidadãos, com vista a conter o surto pandémico do novo coronavírus causador da doença COVID-19.

Períodos de confinamento, encerramento de escolas, fronteiras e empresas, impactaram de formas diferentes nos vários sectores da economia. O sector do Alojamento Turístico é um dos sectores com maior impacto económico e social, sendo ainda mais notório em países como Portugal, com uma grande dependência do turismo e sendo este um dos sectores com maior trabalho intensivo e precaridade dos contratos de trabalho.

Em 2019, as exportações portuguesas de viagens e turismo representaram mais de 52% das exportações de serviços, 19,7% do total de exportações de bens e serviços e 8,7% do PIB. No passado mês de maio, as exportações de turismo sofreram uma quebra de 83,3% face ao mês homólogo, e de 47,8% em termos acumulados. No sector do alojamento turístico em específico, em maio, as dormidas caíram mais de 95% e os proveitos totais mais de 97%, em termos homólogos, o que demonstra ser um dos sectores mais afetados pela pandemia, com a quase totalidade dos estabelecimentos encerrados, quer pelas medidas legais impostas, quer pela drástica redução na procura. Ainda que os dados do mês de junho não estejam disponíveis à data desta análise, estima-se que as quebras sejam inferiores neste mês, dadas as medidas de desconfinamento e a reabertura de vários estabelecimentos.

Em suma, a avaliação do impacto económico e duração da crise do sector do Alojamento Turístico é de difícil tarefa, na medida em que existem inúmeros fatores que o poderão determinar, nomeadamente os períodos de paragem produtiva, a evolução da procura e do consumo, a retoma das ligações aéreas, as medidas de apoio ao tecido empresarial e aos cidadãos, a evolução do desemprego, a própria evolução da pandemia, etc. Todos estes fatores derivam, em muito, das decisões e políticas, quer a nível nacional, europeu ou mundial.

A presente análise pretende efetuar uma caracterização do sector do Alojamento Turístico em Portugal, através de uma comparação entre o período da crise financeira de 2008 e o seu período de retoma. Para tal, é utilizado o ano de 2013 enquanto marco de referência entre os dois períodos. Ainda que a origem das duas crises seja manifestamente diferente (a primeira resultou de uma crise financeira, e a atual, de uma crise de saúde pública), ambas têm impacto ao nível económico e social, ainda que, com expectativas de durabilidade e intensidades diferentes. O objetivo em causa será analisar o comportamento e duração da retoma no sector na anterior crise, de forma a antecipar e promover algumas medidas de política mais adequadas.

### 2. As Empresas

Pretende-se efetuar uma caracterização das empresas com atividade de Alojamento<sup>2</sup>, tendo por base dados do SCIE - Sistema de Contas Integradas do INE e dos Quadros do Sector do Banco de Portugal. É igualmente efetuada uma comparação das empresas do sector com países europeus de características turísticas semelhantes, os países da bacia do Mediterrâneo, através dos dados do eurostat.

<sup>1</sup> Gabinete de Estratégia e Estudos/METD. As opiniões expressas no documento são da responsabilidade da autora e não refletem necessariamente a perspetiva do Ministério da Economia.

<sup>2</sup> A análise no âmbito das empresas do sector do Alojamento refere-se à CAE 55 da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas Revisão 3.

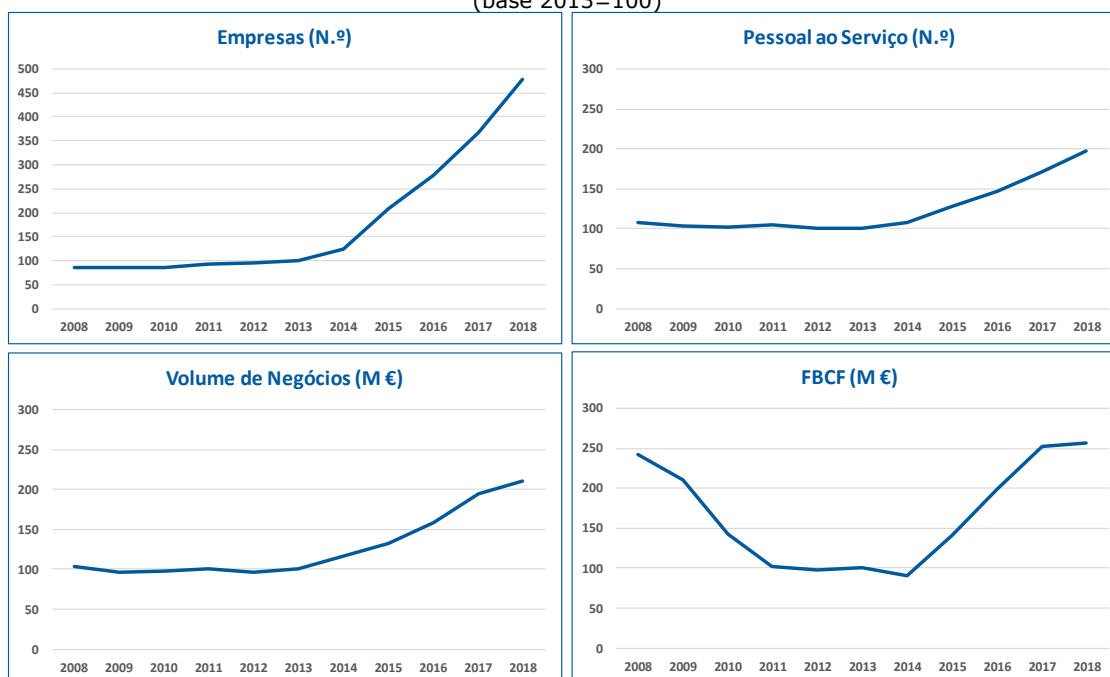
## 2.1. Caracterização económico-financeira

Em 2018, existiam em Portugal 37 408 empresas no sector do Alojamento, empregavam mais de 107 500 pessoas, registaram um volume de negócios de cerca de 5,2 mil milhões de euros e um VAB de 2,6 mil milhões de euros. O investimento do sector, medido pela Formação Bruta de Capital Fixo, apresentou um valor de mais de 1,1 mil milhões de euros.

Apesar de 74% das empresas em 2018 consistirem em empresas individuais (ENI ou trabalhadores independentes), 73% do total do emprego e cerca de 90% do total do volume de negócios e do VAB do sector são oriundos de sociedades. É de salientar a diferença na estrutura das empresas quanto à forma jurídica face a 2013, em que as empresas individuais apenas representavam 36% do sector. O aumento da representatividade das empresas individuais fez-se notar essencialmente no indicador do emprego, com um acréscimo de cerca de 20 p.p. em 2018 face a 2013.

Ao nível da estrutura das empresas por dimensão, em 2018, 99,9% são PME<sup>3</sup>, sendo as mesmas responsáveis por 87,3% do emprego, 80% do volume de negócios e 81,6% do VAB do sector. Dentro das PME, 96,5% têm até 10 pessoas ao serviço (microempresas).

**Figura 1 - Indicadores económico-financeiros das empresas de Alojamento**  
(base 2013=100)



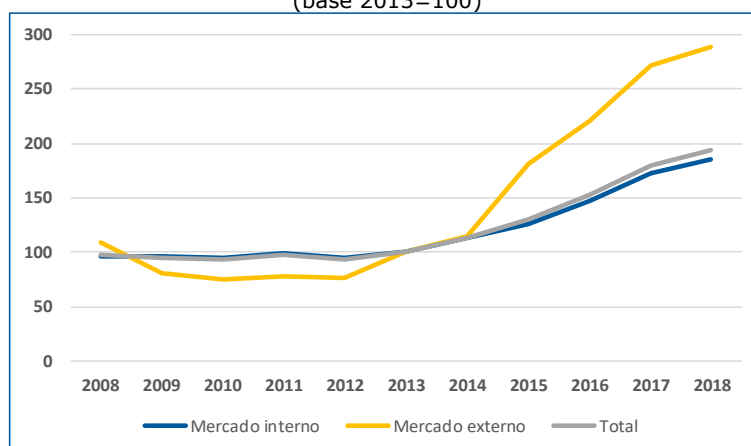
Fonte: SCIE/INE

Os principais indicadores económico-financeiros das empresas do sector do Alojamento não sofreram grandes flutuações no período anterior a 2013, à exceção da FBCF, com uma descida abrupta entre 2008 e 2011. No entanto, verificou-se um crescimento bastante significativo em todos os indicadores no período pós 2013, que corresponde ao período de retoma pós crise financeira e ao *boom* do crescimento do sector do turismo.

Face a 2013, o n.º de empresas em 2018 cresceu 377% e o n.º de pessoas ao serviço quase que duplicou. O volume de negócios cresceu 111% e o VAB 117%. O crescimento na FBCF foi superior a 157%, o que demonstra o esforço de investimento no sector no período pós crise.

<sup>3</sup> PME definida por empresa até 250 pessoas ao serviço (INE).

**Figura 2 - Vendas e serviços prestados – Sector do Alojamento**  
(base 2013=100)



Fonte: Quadros do Sector/Banco de Portugal

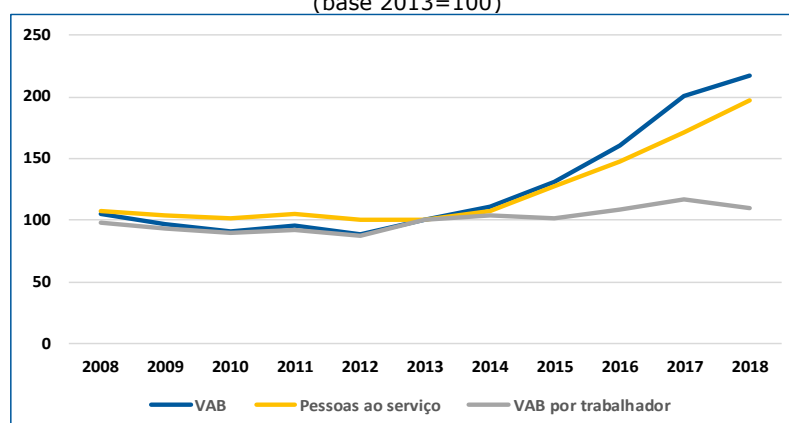
Em 2009, verificou-se uma descida nas vendas ao exterior de bens e serviços das empresas de Alojamento, mantendo-se os níveis relativamente estáveis, mas inferiores aos de 2013 (em média 77% do valor de referência). As vendas no mercado interno e as vendas totais apresentaram valores estáveis neste período, relativamente próximos dos valores de referência. No entanto, após 2013, apesar do crescimento dos 2 segmentos de vendas, os valores do mercado interno acompanharam o crescimento das vendas totais, mas os do mercado externo tiveram um comportamento bastante acima, a atingir em 2018 quase o triplo das vendas de 2013 (539,1 e 187 milhões de euros, em cada ano, respetivamente).

É importante ressaltar que este indicador de vendas e serviços prestados nos dois mercados mostra uma visão um pouco contraditória com indicadores de atividade turística, os quais são analisados posteriormente, como as dormidas, em que o mercado externo representa 70% das dormidas totais. Na análise atual, as vendas no mercado externo representaram em 2018 apenas 11,4% do total das vendas. Mas tal não significa que as dormidas não sejam maioritariamente de não residentes, basta que as vendas sejam feitas a agências e operadores turísticos portugueses, posteriormente vendidos a não residentes, ou seja, tratando-se de vendas do sector do Alojamento no mercado interno.

Exatamente pela existência de intermediários na venda dos serviços de alojamento, como os operadores turísticos, não será correto igualmente extrapolar as vendas do Alojamento no mercado externo apenas com estes dados para o indicador de exportações do sector, pois teria de ser efetuada uma análise ao nível da cadeia de valor do serviço "Alojamento".

Igualmente importante são as análises efetuadas a rácios por trabalhador, tais como o VAB e a Remuneração Média. Apesar do crescimento do emprego, os rácios mencionados não tiveram um comportamento similar no período pós 2013.

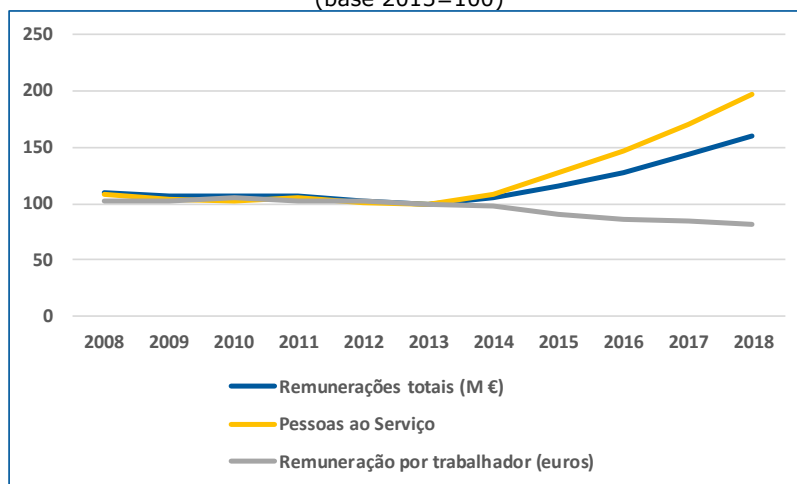
**Figura 3 – Evolução do VAB por trabalhador no sector do Alojamento**  
(base 2013=100)



Fonte: SCIE/INE

O VAB por trabalhador<sup>4</sup> no sector do Alojamento manteve-se relativamente estável em todo o período analisado face ao valor de 2013, tendo atingido o valor relativo mais baixo em 2012 (88%) e o valor mais elevado em 2017 (117%). Tal deriva da evolução dos dois componentes do rácio ter sido semelhante até 2015, tendo depois a taxa de crescimento do VAB sido superior à do n.º de pessoas ao serviço.

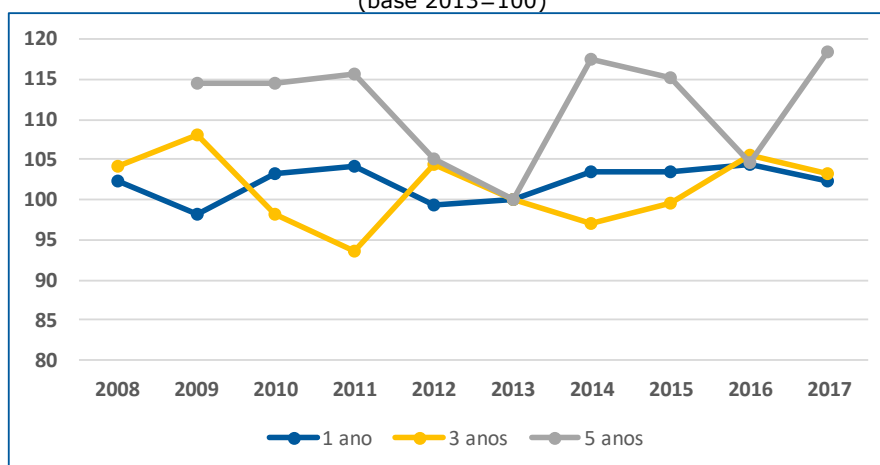
**Figura 4 - Remuneração média por trabalhador no sector do Alojamento**  
(base 2013=100)



Fonte: SCIE/INE

Quanto à remuneração média por trabalhador no período 2008 a 2012, verificam-se valores relativamente idênticos ao de 2013. No entanto, no período posterior, correspondente ao da retoma, a remuneração média tem vindo a decrescer relativamente a 2013, o que demonstra que, apesar do crescimento no emprego, as remunerações não acompanharam a mesma taxa de crescimento.

**Figura 5 - Evolução das Taxas de Sobrevivência das empresas de Alojamento**  
(base 2013=100)



Fonte: *Business Demography*/eurostat

As taxas de sobrevivência a 1 ano<sup>5</sup> das empresas do sector do Alojamento são as que demonstram maior estabilidade relativamente ao ano de 2013 (em 2013 a taxa era de 83,7% e em 2017, de 85,5%). As taxas de sobrevivência a 3 e 5 anos tiveram um comportamento quase inverso: nos períodos em que uma das taxas regista um comportamento crescente, a outra regista um decréscimo (à exceção do ano de 2012, em que ambas tinham um valor aproximado). Qualquer das taxas de sobrevivência analisadas apresentam em 2016 valores ligeiramente acima aos de 2013, destacando-se em 2017 a taxa de sobrevivência a 5 anos com um

<sup>4</sup> Medido pelo rácio VAB a preços de mercado pelo n.º de pessoas ao serviço.

<sup>5</sup> Taxa de sobrevivência (%): quociente entre o número de empresas ativas no ano n que, tendo nascido no ano n-t, sobreviveram t anos, e o número de empresas nascidas no ano n-t.

crescimento de 18,5% face a 2013 (em 2013 registava uma taxa de 48,8% e de 57,8% em 2017).

**Figura 6 - Estrutura regional dos indicadores das empresas de Alojamento**  
(%)

Estrutura Regional (%) do Setor do Alojamento (CAE 55)	Empresas		Pessoal ao Serviço		Volume de Negócios		VAB	
	2013	2018	2013	2018	2013	2018	2013	2018
Norte	24,6	19,8	14,4	16,6	11,8	14,3	10,0	13,9
Centro	22,9	13,7	12,2	11,5	8,1	7,9	7,3	7,9
Área Metropolitana de Lisboa	18,3	31,8	34,1	34,3	38,7	40,5	43,7	40,2
Alentejo	9,3	4,5	5,0	4,5	3,2	3,3	2,9	2,8
Algarve	15,7	21,8	19,6	20,7	23,0	21,3	20,2	21,0
Região Autónoma dos Açores	4,6	3,7	3,5	3,8	2,3	2,6	2,6	3,1
Região Autónoma da Madeira	4,7	4,7	11,2	8,5	12,9	10,2	13,3	11,1

Fonte: SCIE/INE

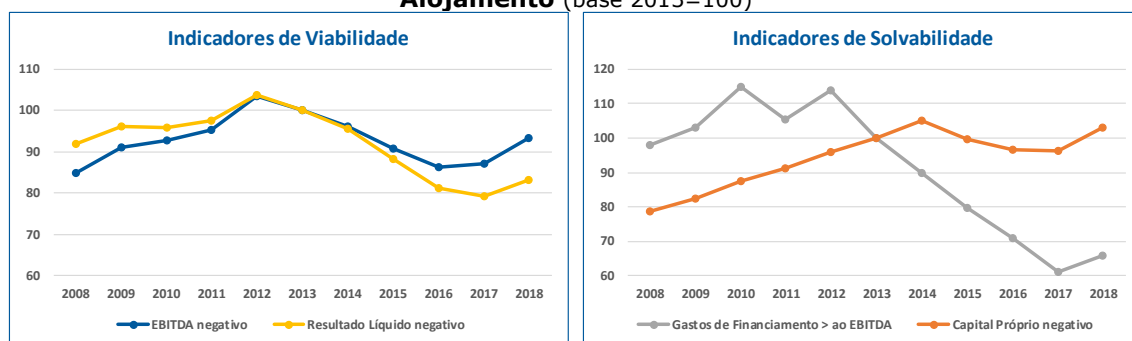
Verifica-se uma grande diferença na distribuição regional das empresas de alojamento entre 2013 e 2018, com a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve a absorver as quotas de quase todas as restantes NUTS II (apenas a Região Autónoma da Madeira manteve a quota de empresas). No entanto, destaca-se a região Norte que, apesar da redução de quota no n.º de empresas, aumentou a sua representação no n.º de pessoas ao serviço, no volume de negócios e no VAB.

**Figura 7 - Indicadores de Viabilidade e Solvabilidade das empresas do sector do Alojamento**

% Sociedades	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
EBITDA negativo	36,13	38,79	39,46	40,54	44,11	42,59	40,97	38,67	36,8	37,13	39,79
Resultado Líquido negativo	54,84	57,47	57,32	58,35	62,05	59,73	57,06	52,77	48,53	47,4	49,61
Gastos de Financiamento > ao EBITDA	23,83	25,07	27,91	25,64	27,67	24,29	21,85	19,33	17,25	14,84	15,96
Capital Próprio negativo	21,38	22,36	23,7	24,79	26,02	27,14	28,49	27,05	26,2	26,15	27,95

Fonte: Quadros do Sector/Banco de Portugal

**Figura 8 - Evolução dos indicadores de Viabilidade e Solvabilidade do sector do Alojamento** (base 2013=100)



Fonte: Quadros do Sector/Banco de Portugal

A percentagem de sociedades<sup>6</sup> com EBITDA e Resultado Líquido negativo atingiu os valores mais elevados em 2012, ligeiramente superiores aos valores de 2013. No período de retoma, pós 2013, ambos os indicadores de viabilidade apresentaram descidas até 2017, tendo o valor voltado a subir em 2018, ainda que abaixo dos valores registados em 2013 (menos 2,8 p.p. e 10,1 p.p., respetivamente). Ainda assim, é notória a debilidade económica das empresas do sector, com 39,8% das mesmas a apresentarem, em 2018, um EBITDA negativo e 49,6% com Resultado Líquido negativo.

Já em termos de solvabilidade, o panorama do sector apresenta-se com um melhor cenário, mas apenas no que respeita a um dos indicadores considerados, em que a percentagem de empresas com gastos de financiamento superiores ao EBITDA foi superior à de 2013 no período de 2009 a 2012, mas revelou uma acentuada descida a partir de 2014, ainda que em 2018 o valor tenha sido superior ao de 2017. São dados expectáveis com o elevado endividamento no período da crise, atingindo o seu valor mais elevado em 2010 (27,9%). Em 2018, este rácio

<sup>6</sup> Os rácios apresentados referem-se apenas a sociedades.

apresentava um valor aproximado de 16%. Relativamente à percentagem de empresas com capital próprio negativo, os valores foram crescentes no período da crise (até 2014) e relativamente estáveis no período de retoma (em 2018, 28% das empresas do sector apresentavam capital próprio negativo, valor muito próximo de 2013 - 27,1%, mas bastante superior à percentagem de 2008 - 21,4%).

## 2.2. As empresas do sector na UE

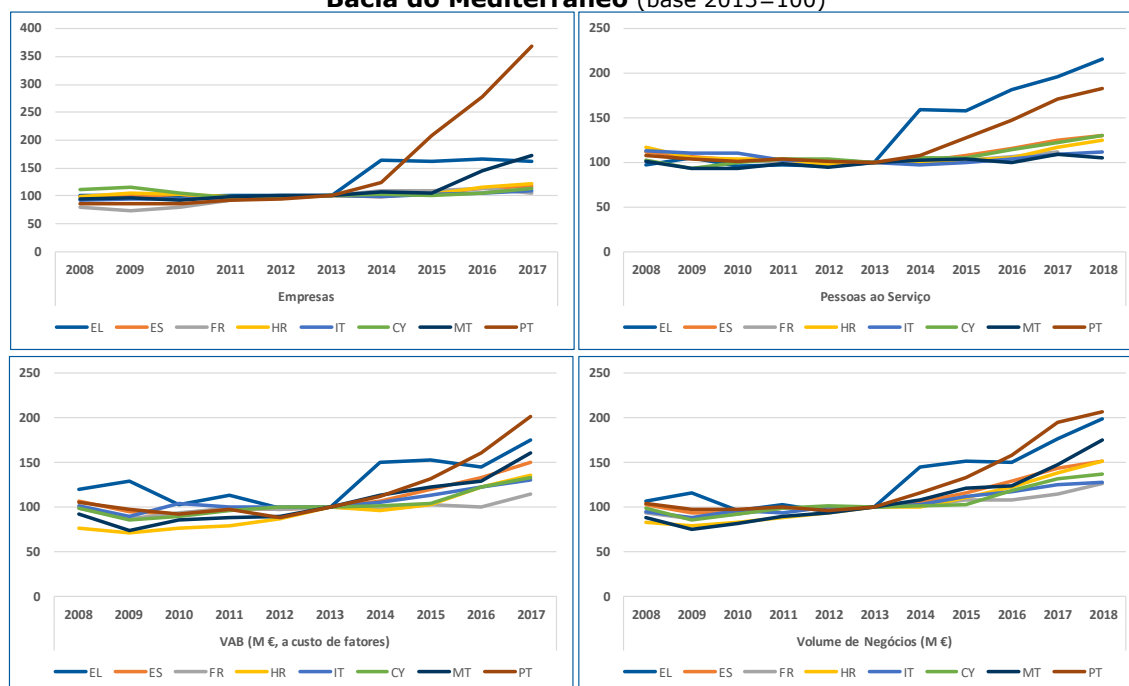
Após a análise do sector do Alojamento em Portugal ao nível das empresas, é igualmente pertinente efetuar uma comparação dos seus principais indicadores económico-financeiros das empresas de países europeus igualmente "turísticos", com condições regionais e climatéricas semelhantes a Portugal (PT). Para tal, consideram-se países da bacia do Mediterrâneo, considerados concorrentes na área do turismo, especialmente no segmento "sol e praia": Espanha (ES), França (FR), Itália (IT), Grécia (EL), Chipre (CY), Malta (MT) e Croácia (HR). Semelhante análise será efetuada no ponto sobre a atividade turística do Alojamento.

**Figura 9 - Peso dos indicadores no Total das Empresas não Financeiras (%)**

%	Empresas			Volume de Negócios			VAB cf			Pessoas ao Serviço		
	2008	2013	2017	2008	2013	2017	2008	2013	2017	2008	2013	2017
EL	2,15	2,59	4,05	1,11	1,44	2,44	2,78	3,66	6,42	2,62	3,48	6,21
ES	0,85	0,96	1,00	0,84	1,05	1,26	1,68	2,08	2,62	2,05	2,33	2,55
FR	1,53	1,51	1,72	0,61	0,64	0,73	1,07	1,06	1,10	n.d.	1,29	1,41
HR	1,51	1,76	2,10	1,32	2,04	2,42	2,76	4,46	5,16	3,12	3,15	3,58
IT	1,11	1,24	1,38	0,63	0,71	0,86	1,33	1,40	1,58	1,82	1,79	1,90
CY	1,13	1,10	1,11	2,99	3,64	3,86	5,47	7,38	7,83	6,99	8,11	8,29
MT	0,66	0,71	1,08	2,90	2,65	2,64	5,63	4,72	4,40	6,86	6,39	5,70
PT	0,72	1,01	3,32	0,73	0,81	1,36	1,54	1,77	2,83	1,69	1,91	2,84

Fonte: Enterprise Statistics/eurostat

**Figura 10 - Evolução dos indicadores das empresas de Alojamento em Portugal e na Bacia do Mediterrâneo (base 2013=100)**



Fonte: Enterprise Statistics/eurostat<sup>7</sup>

É importante verificar que a maioria dos países analisados registaram um comportamento similar no período da crise económica e financeira, com valores próximos dos registados em

<sup>7</sup> Nos indicadores Empresas e VAB a custo de fatores, apenas existem dados disponíveis até 2017.

2013. Posteriormente a 2013, a retoma do sector nos diferentes países foi efetuada a ritmos diferentes.

As empresas de Alojamento em Portugal, representadas pela linha a castanho na figura 10, revelam nitidamente uma excelente evolução em todos os indicadores analisados no período pós crise financeira, face aos restantes países igualmente turísticos da Bacia do Mediterrâneo. O país que obteve igualmente bons resultados ao nível da retoma foi a Grécia, tendo ultrapassado Portugal apenas no indicador relativo ao emprego no sector (Pessoas ao Serviço).

Entre 2013 e 2017, todos os países analisados aumentaram o peso do n.º de empresas de alojamento face ao total de empresas não financeiras<sup>8</sup>. O mesmo sucedeu como o peso de todas as outras variáveis consideradas (Volume de Negócios, VAB a custo de fatores e Pessoas ao Serviço), à exceção de Malta, que viu reduzido o peso destes três últimos indicadores, situação decorrente já desde 2008.

Importa verificar que Portugal foi dos países que mais aumentou o peso relativo dos indicadores em 2017, face a 2013, especialmente ao nível do n.º de empresas de alojamento.

### 3. A atividade turística

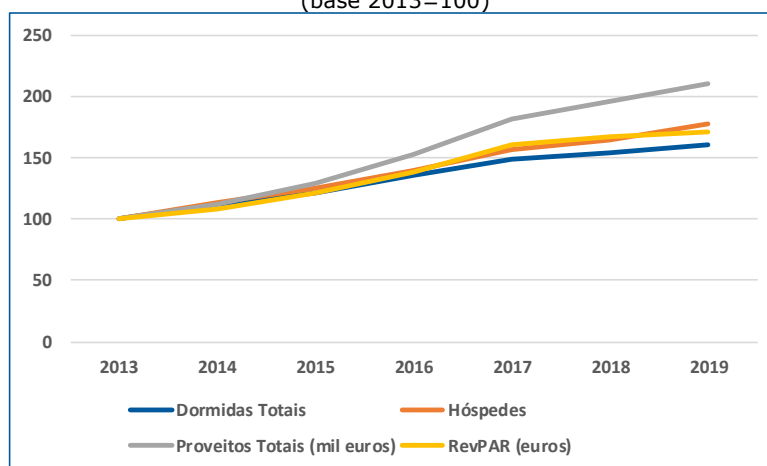
A análise da atividade turística incide sobre indicadores referentes a estabelecimentos de alojamento turístico (inclui o Alojamento Local com 10 ou mais camas e o Turismo no espaço rural ou de habitação)<sup>9</sup>, mas apenas sobre o período de 2013 a 2019<sup>10</sup>.

**Figura 9 - Principais indicadores de atividade no alojamento turístico**

Indicadores	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Dormidas Totais</b>	43 503 714	48 670 776	52 956 189	58 887 406	64 965 741	67 076 459	69 830 048
<b>Dormidas Residentes</b>	13 147 901	14 936 447	16 150 246	17 326 870	18 548 891	19 827 034	21 053 315
<b>Dormidas Não Residentes</b>	30 355 813	33 734 329	36 805 943	41 560 536	46 416 850	47 249 425	48 776 733
<b>Hóspedes</b>	15 205 421	17 295 961	19 144 239	21 217 103	23 885 572	25 155 328	26 973 897
<b>Proveitos Totais (mil euros)</b>	2 023 940	2 285 896	2 627 741	3 103 755	3 681 207	3 986 553	4 275 583
<b>RevPAR (euros)</b>	28,9	31,5	35,1	40,2	46,7	48,5	49,4

Fonte: Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos/INE

**Figura 10 - Evolução da atividade nos estabelecimentos de alojamento turístico (base 2013=100)**



Fonte: Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos/INE

A estrutura das dormidas por residência manteve-se entre 2013 e 2019, com o mercado dos não residentes a representar, em média, 70% das dormidas totais. Todos os indicadores analisados têm vindo a crescer desde 2013, mas destacam-se os Proveitos Totais, que desde 2015

<sup>8</sup> O total de empresas inclui todas as atividades da Secção B à N e Divisão 95 (Reparação de computadores, de bens pessoais e domésticos), exceto as atividades financeiras e de seguros (secção K).

<sup>9</sup> Não inclui o Alojamento Local na R.A. dos Açores até 2017.

<sup>10</sup> As séries de dados anteriores a 2013 têm metodologias diferentes, não sendo os valores comparáveis.

apresentaram um crescimento superior aos restantes indicadores, atingindo o valor de 4,3 mil milhões de euros em 2019 (mais 111% que em 2013).

**Figura 11 - Evolução das Dormidas Totais por país de residência**  
(base 2013=100)

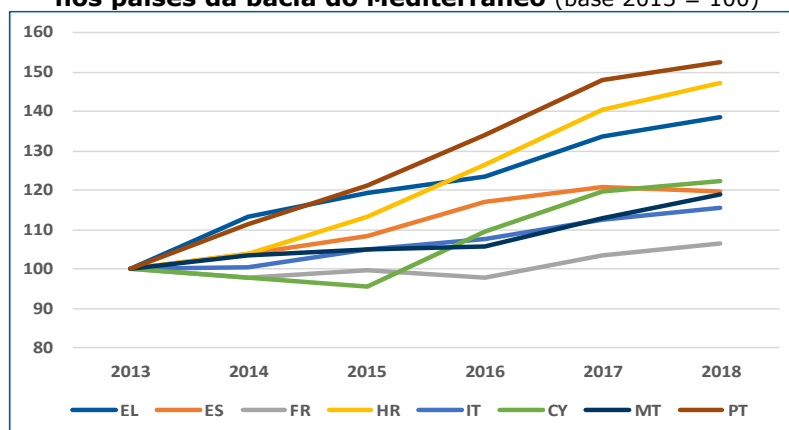
Países	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Portugal	100,0	113,6	122,8	131,8	141,1	150,8	160,1
Reino Unido	100,0	109,4	120,9	134,3	137,6	130,2	132,1
Alemanha	100,0	108,6	121,7	134,7	148,8	147,8	137,8
Espanha	100,0	116,3	122,4	134,3	143,1	151,2	162,5
França	100,0	120,0	136,3	163,1	170,0	171,7	169,4
Brasil	100,0	116,3	114,5	131,4	182,9	209,3	237,4
EUA	100,0	109,7	133,4	163,2	225,2	281,1	337,7
Países Baixos	100,0	99,5	105,4	121,7	122,8	115,2	107,3
Irlanda	100,0	107,4	113,6	130,5	145,1	148,0	162,3
Itália	100,0	111,3	138,4	156,7	186,8	191,3	202,0
Bélgica	100,0	122,7	136,1	150,2	154,2	158,0	155,2
Canadá	100,0	120,8	141,4	174,4	223,1	271,0	296,2
Polónia	100,0	111,7	139,5	167,5	225,9	200,9	203,0
Suiça	100,0	112,7	134,7	157,1	173,2	173,0	170,4
Suécia	100,0	119,2	121,2	129,0	142,2	149,2	141,9
China	100,0	150,1	196,8	223,2	308,7	351,6	408,3
Dinamarca	100,0	102,3	101,7	122,4	141,6	134,0	132,6
Outros	100,0	108,2	108,1	118,1	148,2	155,8	169,9

Fonte: Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos/INE

Na diferenciação por país, Portugal assume-me como o principal mercado de origem das dormidas, ao representar 30,1% do total. Atualmente, os principais mercados de dormidas de não residentes são o Reino Unido, a Alemanha, a Espanha e a França, a representar conjuntamente 51,3% das dormidas de não residentes (36% do total de dormidas em Portugal).

Todos os países analisados registam tendências de crescimento face a 2013, ainda que alguns com um ligeiro recuo a partir de 2017. Destacam-se alguns países que mais que duplicaram as dormidas no alojamento turístico face ao ano de referência em análise (assinalados no quadro acima a verde), sendo a China, os EUA e o Canadá a liderarem na taxa de crescimento das dormidas em 2019.

**Figura 12 - Evolução das dormidas nos estabelecimentos de Alojamento Turístico nos países da bacia do Mediterrâneo (base 2013 = 100)**



Fonte: Tourism Statistics/eurostat

Tendo por base a seleção de países já analisados na comparação das empresas do sector do Alojamento, procurou-se efetuar igualmente um paralelo ao nível de indicadores de atividade do alojamento turístico, de forma a retirar algumas conclusões sobre a evolução da retoma no



sector pós crise 2008 nos vários países da bacia do Mediterrâneo, nos quais se inclui Portugal. Desta forma, utilizou-se o indicador das dormidas para uma análise da sua evolução, tendo por base o ano de 2013, o qual demonstra a excelente recuperação no período pós crise. Entre os “concorrentes” europeus, Portugal destaca-se com a mais rápida evolução até 2018 no indicador das dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, seguido da Croácia.

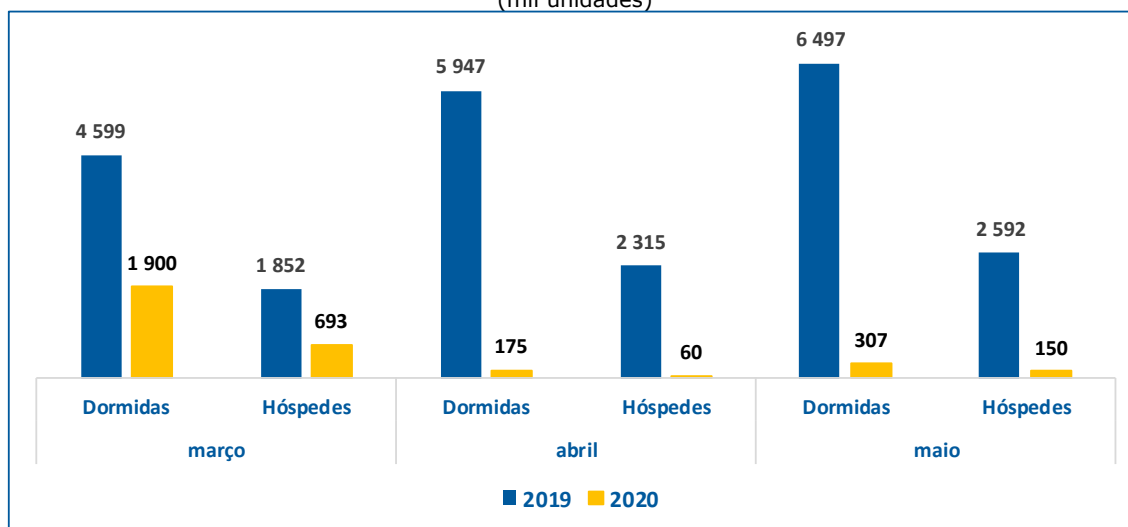
#### 4. A pandemia no sector do Alojamento

A Organização Mundial de Turismo (UNWTO) prevê uma quebra de 60 a 80% no turismo mundial em 2020, que irá essencialmente depender da evolução da pandemia e do levantamento das restrições nas ligações aéreas e fronteiras.

Já o World Travel & Tourism Council (WTTC) aponta para perdas de 30% a 60% ao nível do turismo global e de cerca de 40 a 80% na União Europeia. No melhor cenário, o turismo da U.E. poderá perder cerca de 8,8 milhões de empregos, 510 mil milhões de euros em PIB turístico e 42% em turistas internacionais. Mas, segundo a mesma fonte, as perdas poderão ir até 18,3 milhões de empregos e 662 mil milhões de euros no PIB turístico.

No caso português, a PwC, estima que o impacto no VAB do sector do Alojamento em 2020 seja também muito negativo, com perdas entre 36% a 54% face ao ano de 2019, de acordo com os cenários otimista e pessimista, respetivamente. O mesmo estudo aponta para uma recuperação lenta da confiança dos consumidores, quer ao nível do próprio serviço de alojamento, quer ao nível do turismo, no geral. Tal deriva não só dos níveis de risco e de higiene sanitária, como pelo próprio facto de não ser um bem ou serviço essencial.

**Figura 13 - Dormidas e Hóspedes em março a maio 2019/2020**  
(mil unidades)



Fonte: Atividade Turística/INE

Segundo o INE, o mês de março registou quebras de 58,7% nas dormidas e 62,6% nos hóspedes, face ao mês homólogo, ainda que o estado de emergência só tenha começado a vigorar a partir de 18 desse mês.

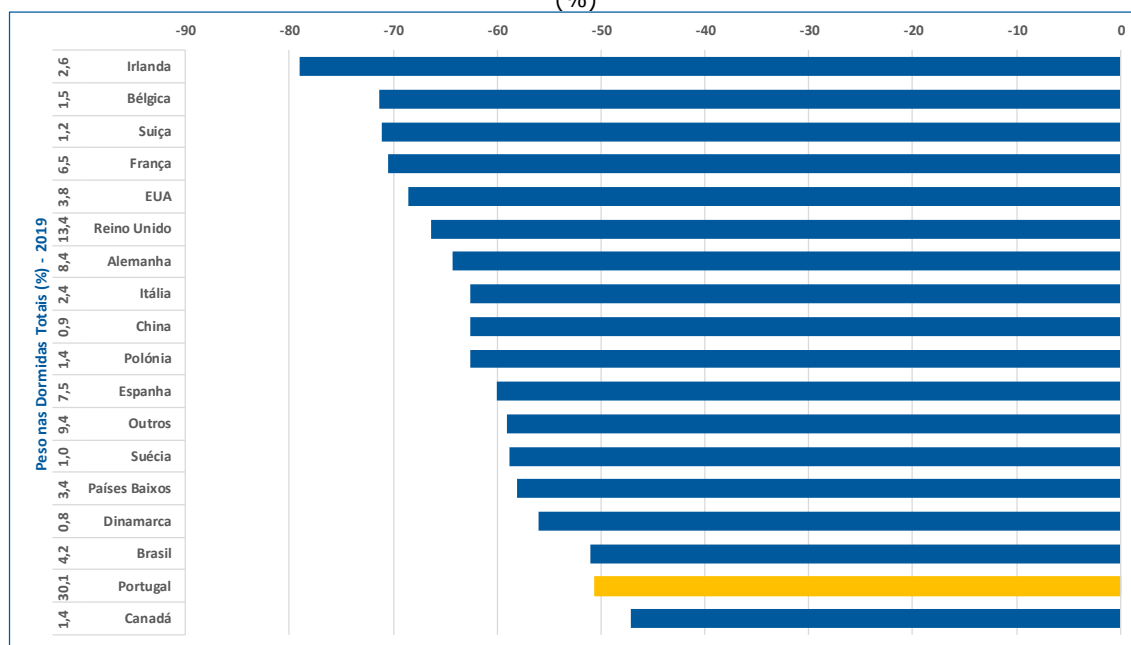
O mês de abril sofreu uma redução homóloga de 97,4% nos hóspedes e de 97% nas dormidas. Neste mês ainda vigorava o estado de emergência, pelo que os hóspedes que pernoveram em alojamentos turísticos em abril (cerca de 60 mil) se tratavam essencialmente de casos de não residentes retidos em Portugal, fruto das restrições nas fronteiras, ou de situações de deslocamentos profissionais, segundo apurou o INE.

O mês de maio foi marcado pela abertura de alguns alojamentos turísticos, mas ainda assim, as perdas homólogas foram de mais de 95% nas dormidas e de mais de 94% nos hóspedes. O ligeiro crescimento em maio face ao mês anterior (as dormidas representaram quase o dobro

das de abril) deveu-se essencialmente a dormidas de residentes (cerca de 74%), essencialmente pelas poucas ligações aéreas existentes ainda em maio.

Em termos acumulados, de janeiro a maio deste ano, as perdas face ao mesmo período de 2019, ascendem já a 59,6% nas dormidas e 58,5% nos hóspedes. A região mais afetada com as perdas acumuladas foi o Algarve, que registou uma redução de 67,6% nas dormidas e de 68,8% nos hóspedes, em termos homólogos.

**Figura 14 – TVH nas Dormidas, por mercado (janeiro-maio 2019/2020)**  
(%)



Fonte: Atividade Turística/INE

Quanto à estrutura por país de residência, as perdas acumuladas das dormidas de residentes foram de 50,6% e das de não residentes, de 63,2%, sendo que os mercados de não residentes com quebras acumuladas mais expressivas foram a Irlanda, a Bélgica, a Suíça e a França. No entanto, os quatro principais mercados de origem das dormidas de não residentes (Reino Unido, Alemanha, Espanha e França), que representam 36% do total de dormidas nacionais<sup>11</sup>, apresentaram nestes últimos 5 meses uma redução conjunta de 65,5%, em valores homólogos.

Sobre os Proventos Totais do Alojamento, maio registou uma quebra de 97,2% face ao mês homólogo, e o valor acumulado de janeiro a maio, uma perda de 63%. O rendimento médio por quarto disponível (RevPAR) diminuiu em maio 88,2% e por quarto ocupado (ADR) 36,8%, ambos em termos homólogos.

O INE perspetiva ainda uma redução da atividade até agosto, motivada pelos cancelamentos de reservas agendadas, na ordem dos 74,4% para junho, 63,6% para julho e 57,5% para agosto.<sup>12</sup>

Ainda assim, é expectável a retoma do sector a partir do mês julho, com o início da época de férias, a esperada aposta dos portugueses no turismo interno, e a reposição das fronteiras e de muitas das ligações aéreas que permitam o incremento do turismo proveniente do exterior. No entanto, existem ainda muitas incertezas e constrangimentos a este nível, nomeadamente o facto de Portugal ter sido colocado na lista de destinos de risco de vários países europeus. Por exemplo, o Reino Unido, principal mercado de origem de turistas não residentes em Portugal, impôs quarentenas de 2 semanas no regresso ao país, fator que certamente irá dificultar a retoma no sector do alojamento turístico português.

<sup>11</sup> Dados de 2019

<sup>12</sup> INE: Destaque Atividade Turística – abril de 2020 – Estimativa rápida.

#### 4.1. Medidas e a retoma do sector

Uma das principais diferenças face à crise de 2008 foi a rápida resposta do Governo com medidas e políticas de apoio à retoma da economia e minimização da perda de empregos.

Desta forma, o Governo encetou um pacote de medidas de apoio à economia e às empresas, algumas genéricas e transversais a todos os sectores, outras dirigidas especificamente para os sectores mais afetados pela atual crise e com maior dificuldade na retoma da atividade.

Em termos globais, as medidas de apoio excecional à economia e às empresas podem-se agrupar em três grandes grupos: **apoio à tesouraria, medidas fiscais e contributivas e medidas de apoio ao trabalho e ao emprego.**

No primeiro grande grupo de medidas, encontram-se linhas específicas de financiamento de apoio à tesouraria das empresas (inclusive incentivos dirigidos às *Startups*), moratórias de crédito, flexibilização e aceleração dos apoios de financiamento público, como o Portugal 2020. No segundo grande grupo de medidas encontra-se o diferimento e flexibilização de obrigações fiscais e das contribuições sociais das empresas. O último grupo de medidas destina-se essencialmente a medidas de apoio ao emprego e conservação dos postos de trabalho, através do regime simplificado de acesso ao *lay-off* e da parceria do Governo com empresas tecnológicas e operadores de telecomunicações, de forma a disponibilizar capacidade e aplicações de trabalho colaborativo às empresas, aos cidadãos, às escolas e instituições públicas, promovendo o teletrabalho e o ensino à distância<sup>13</sup>. Foram criados, igualmente, incentivos à retoma e à normalização da atividade para as empresas que enfrentaram paragens parciais ou totais.

Entre as medidas específicas do sector do Alojamento<sup>14</sup>, podemos encontrar:

- ***Linha Específica – COVID-19: Apoio Empresas do Turismo (incluindo empreendimentos turísticos e alojamento para turistas);***
- ***Linha de Apoio à Tesouraria para Microempresas do Turismo – COVID-19;***
- ***OpenCall202020 | Turismo Fundos*** (instrumento de *sale and lease back* de imóveis, com direito de recompra);
- financiamento de PME no mercado de capitais através da emissão de Obrigações Turismo;
- flexibilização no cumprimento de obrigações dos regimes de apoio financiados pelo Turismo de Portugal;
- direito de crédito do valor não utilizado para as reservas de serviços de alojamento não reembolsáveis;
- serviço de suporte online especializado de formadores das Escolas de Hotelaria e Turismo para apoio às áreas operacionais do negócio.

Ainda que o sector do Alojamento seja dos mais afetados na economia, Portugal beneficia do facto de ter sido um dos poucos países “turísticos” europeus com menos casos de COVID-19, melhor resposta nos serviços de saúde e medidas consideradas atempadas com vista à contenção da propagação do surto. Desta forma, será expectável que a retoma do sector seja mais rápida que países análogos e concorrentes europeus, como a Espanha, Itália, França ou Reino Unido, mais afetados pela pandemia.

Será igualmente expectável que na primeira fase de retoma, serão os residentes em Portugal que demonstram maior procura, mas, tal como referido anteriormente, 70% das dormidas são

<sup>13</sup> Ver medidas de apoio às empresas em: <https://covid19estamoson.gov.pt/medidas-de-apoio-emprego-empresas/> e medidas do Programa de Estabilização Económica e Social em: <https://pees.gov.pt/empresas/>

<sup>14</sup> Para maior detalhe das medidas específicas das empresas do sector: <http://business.turismodeportugal.pt/pt/Gerir/covid-19/Paginas/default.aspx>

oriundas de não residentes, pelo que a evolução desse mercado depende em muito das medidas transfronteiriças, e, sobretudo, da evolução das ligações aéreas. No entanto, a estratégia governamental da área do Turismo até ao final de 2020, será procurar manter os níveis de 2019 no designado mercado interno, tendo presente que as perdas do mercado externo serão certamente significativas e difíceis de aferir. No entanto, foram encetadas já ações específicas para continuar a promover o turismo português além-fronteiras, nomeadamente com campanhas e vídeos promocionais efetuados pelo Turismo de Portugal, IP.

Uma outra medida com vista à retoma da confiança dos consumidores e, conseqüentemente, à retoma do sector, foi a criação do selo “Clean and Safe”, promovido pelo Turismo de Portugal, e atribuído às empresas portuguesas de turismo, nas quais se inserem os estabelecimentos de alojamento. Trata-se de um reconhecimento destas empresas enquanto cumpridoras das recomendações da Direção-Geral de Saúde para evitar a contaminação dos espaços pelo novo coronavírus.

Importa realçar que Portugal foi o primeiro país a receber o selo “Safe Travels”, distinção atribuída pelo World Travel & Tourism Council (WTTC), de forma a promover a confiança e segurança nos consumidores, tendo para tal contribuído o facto de Portugal ter sido pioneiro na atribuição dos selos “Clean and Safe”.

Será expectável uma diferença do perfil do consumidor de bens e serviços do Alojamento, com o turismo de lazer a recuperar mais rapidamente face ao segmento *business*, ainda que os segmentos “*low cost*” ou de “turismo de massas” sejam mais afetados face ao dos consumidores com maior poder de compra, dada a maior sensibilidade dos primeiros ao expectável aumento de preços e redução de rendimento.

Apesar das medidas excepcionais de apoio ao sector do Turismo, em geral, e ao do Alojamento, em particular, as empresas apontam a necessidade de medidas adicionais, nomeadamente:

- aceleração da operacionalização das linhas de financiamento;
- redução de custos a jusante, tais como, ao nível dos preços das tarifas aéreas com redução das taxas aeroportuárias;
- aposta intensiva nas parcerias e protocolos diretamente com as companhias aéreas e aeroportos;
- maior competitividade fiscal face a outros destinos, no segmento das viagens de grupo empresariais (bastante mais rentáveis que o segmento de lazer);
- uniformização das regras nas fronteiras, pelo menos ao nível da União Europeia (em Portugal temos o caso de regras diferentes para Portugal Continental e para as Regiões Autónomas), ou pelo menos, clarificação específica das regras para cada região turística, de forma a evitar a incerteza e fortalecer as reservas no sector.
- continuidade na estratégia de digitalização do sector e incentivo à utilização dos canais digitais como ferramentas de negócio.

Além das medidas elencados anteriormente, o recente estudo do GEE<sup>15</sup> sobre a retoma da economia portuguesa pós COVID-19, realça que o sector do Turismo merece especial atenção, quer pela sua importância na criação de valor e emprego em Portugal, quer pelos seus efeitos *spillover* noutros sectores da economia. O estudo aponta igualmente a necessidade de aposta no mercado nacional, principalmente em segmentos de luxo, e a diversificação da oferta turística para além do segmento “sol e praia”.

<sup>15</sup> GEE, *Tema Económico 82 – COVID-19 – Retoma da Economia Portuguesa*. Junho 2020. Disponível em: <https://www.gee.gov.pt/pt/estudos-e-seminarios/estudos-de-temas-economicos-category/34-temas-economicos/30280-covid-19-retoma-da-economia-portuguesa>

## 5. Conclusões

O estudo efetua uma caracterização atual do sector do Alojamento Turístico em Portugal e evidencia a trajetória de recuperação pós crise económica e financeira de 2008, tendo por base o ano de 2013, considerado como início da retoma. Desta forma, a análise tem por objetivo ajudar a compreender um dos sectores mais afetados pela pandemia e o repensar de estratégias e medidas que permitam uma maior e mais célere retoma.

O Alojamento representa 2,9% do VAB e 2,2% do emprego do total das empresas não financeiras, e tem um peso de 41% e 28,7%, respetivamente, no total do sector do Turismo (secção I da CAE Rev.3). As exportações de Turismo têm um peso de 8,7% no PIB, o que demonstra a sua grande importância na economia portuguesa.

Da análise do período 2013-2019, verifica-se que as dormidas no sector do Alojamento Turístico cresceram cerca de 60%, sendo que o contributo para esse crescimento foi idêntico no mercado dos residentes e dos não residentes. A crise atual que o sector atravessa é mais expressiva no mercado dos não residentes, que ascende já a uma perda acumulada de 63,2% face a idêntico período de 2019.

Os primeiros cinco meses de 2020 revelaram perdas acumuladas de 59,6% nas dormidas e 58,5% nos hóspedes, e de 47,8% nas exportações totais de Turismo, face ao período homólogo, o que demonstra as dificuldades que o sector atravessa.

Será expectável que na primeira fase de retoma, serão os residentes em Portugal que demonstram maior procura, mas, tal como referido anteriormente, tendo em conta os anos mais recentes, 70% das dormidas são oriundas de não residentes, pelo que a evolução desse mercado depende em muito das medidas transfronteiriças, e, sobretudo, da evolução das ligações aéreas. No entanto, a estratégia governamental da área do Turismo até ao final de 2020, será procurar manter os níveis de 2019 no designado mercado interno, tendo presente que as perdas do mercado externo serão certamente significativas e difíceis de aferir.

Assim, prevê-se uma retoma mais lenta dos mercados internacionais, assim como do “turismo de massas” e de negócios, pelo que a estratégia deverá incidir em segmentos mais diversificados, de luxo e do mercado nacional. Ainda assim, a recuperação do Alojamento está muito dependente da retoma das ligações aéreas e da evolução da própria pandemia, com a agravante de Portugal ter sido considerado destino turístico de risco por parte de alguns países europeus, nomeadamente pelo Reino Unido, que representa 13,4% do total de dormidas em Portugal.

Para uma rápida recuperação do sector seria necessário que o mercado nacional viesse a colmatar a curto prazo parte das perdas do mercado externo, o que não é expectável pela crise económica e social projetada para os próximos anos nas famílias e empresas portuguesas. A médio prazo, urge recuperar a confiança dos mercados externos mais importantes, mas também diversificar e ganhar quota noutros mercados, pois continuará a ser sempre o exterior o grande impulsionador do turismo português que irá permitir a retoma do sector do Alojamento, mas é necessária a redução da dependência em mercados tão concentrados (os 4 principais mercados externos<sup>16</sup> representam 35,8% do total das dormidas em Portugal). O período de retoma do sector depende em muito da própria evolução da conjuntura económica nacional e internacional.

Existem já várias medidas de apoio ao sector, sejam elas específicas ou transversais às restantes atividades: financiamento à tesouraria, medidas fiscais e contributivas e medidas de apoio ao trabalho e ao emprego. Acrescem medidas para reestabelecer a confiança dos mercados e dos consumidores, como as campanhas de divulgação do turismo português ou a

<sup>16</sup> Reino Unido, Alemanha, Espanha e França.

atribuição do selo “Clean and Safe” aos estabelecimentos, ambos promovidos pelo Turismo de Portugal.

Mais do que medir impactos da crise, importa efetuar um balanço das necessidades atuais e futuras, fazer bom uso das medidas de apoio vigentes, e adotar estratégias adequadas que minimizem as perdas e que permitam uma retoma mais célere e mais sustentada do sector face à anterior crise.